

Estudante é presa por denunciar crimes de policiais em Rondônia



O MFP – Movimento Feminino Popular repudia veementemente mais uma ação arbitrária da polícia militar de Rondônia: a prisão de uma estudante de direito durante uma manifestação na capital Porto Velho, no último dia 29 de setembro, porque ela denunciou crimes cometidos por policiais militares contra camponeses em luta pela terra. Os policiais se incomodaram com o fato de uma pessoa tornar público estes crimes, ainda que tudo o que ela falou foram fatos denunciados em inúmeras manifestações, atos e audiências públicas, fatos provados com vídeos, fotos e depoimentos de testemunhas. Esta atitude dos policiais militares configura abuso de poder, censura e acobertamento de crimes gravíssimos e só comprova serem verdade todas palavras ditas pela universitária. Esta prisão é tentativa de intimidação para impedir o direito democrático de opinião e faz parte da criminalização da luta do povo, especialmente da luta camponesa e estudantil.

A jovem usou o microfone para saudar as mulheres camponesas em Rondônia que ao longo dos anos, na luta pelo direito a um pedaço de terra para trabalhar e viver com dignidade, junto de seus companheiros e filhos, têm enfrentado assassinatos, desaparecimentos, sequestros, agressões e torturas, atentados, prisões, despejos violentos, destruição de casas, roças e criações, calúnias e difamações.

E muitos destes crimes tiveram a participação de policiais, isso é inquestionável, de conhecimento amplo dos movimentos populares e democráticos, e mesmo das “autoridades”, embora grande parte da população não saiba, devido ao bloqueio à informação imposto pelo monopólio dos meios de comunicação, serviço do latifúndio, por páginas da internet que são portavozes extraoficiais da pm e pela perseguição exercida pela própria polícia.

Os crimes contra camponeses em luta pela terra, cometidos por pistoleiros, policiais e outros agentes do velho Estado, todos a serviço do latifúndio certamente é maior do que se sabe, mas as vítimas e testemunhas não tornam público justamente por medo de represálias, como aconteceu com o camponês Paulo Sérgio Bento Oliveira, do acampamento Fidel Castro 2 (município de

Mirante da Serra). Em maio de 2017 ele foi assassinado por policiais do GOE (Grupamento de Operações Especiais) após camponeses denunciarem que um policial militar era chefe da pistolagem a serviço de um latifundiário, com o conhecimento e conivência de policiais do GOE. Trabalhadores dessa área entregaram carta e vídeos que comprovavam as acusações ao governador, na época vice, Daniel Pereira e para representantes da Ouvidoria Agrária Nacional, durante reunião em Porto Velho. Depois, policiais foram no acampamento, reclamaram das denúncias e ameaçaram: “agora vocês vão sentir o peso do GOE”. No mesmo dia, Paulo foi assassinado.

Em maio de 2017 Veronilson Cabral Roseira, do acampamento Terra Nossa 2, na antiga fazenda Tucumã (município de Cujubim), foi agredido por dois elementos que invadiram sua casa. Dias antes, ele havia denunciado ações da polícia militar na área, durante a dita reunião da ouvidoria agrária, em Porto Velho. Em janeiro de 2016, dois jovens da mesma área foram barbaramente assassinados por pistoleiros e pelo sargento da pm Moisés Ferreira de Souza, que após trocar tiro com a própria polícia foi detido, mas teve a fuga facilitada por colegas de farda. Em abril do ano seguinte, o mesmo policial pistoleiro comandou a tortura e massacre de 9 camponeses em Colniza/MT.

Em dezembro de 2014, Caubi Moreira Quito, que se diz o dono das terras da Área “10 de maio” (município de Alto Paraíso), confessou em depoimento para delegado de Ariquemes que contratou 10 policiais militares para fazerem serviços de pistolagem. O casal de ativistas Edilene e Izaque sofreu uma tentativa de assassinato quando voltava de Porto Velho, onde fez várias denúncias deste e outros crimes do latifundiário. Mas em setembro de 2016 eles foram covardemente assassinados enquanto trabalhavam em seu lote.

Até Ênedy Dias, comandante-geral da pm nos anos de 2016 e 2017, foi acusado de estar envolvido com “grupos de extermínio” integrado por policiais quando comandava o 7º BPM em Ariquemes. E esta denúncia gravíssima foi feita pelo Núcleo Integrado de Inteligência da própria polícia militar.

E não podemos deixar de citar um dos mais conhecidos crimes cometidos pela polícia militar de Rondônia, que assassinou, torturou e feriu dezenas de camponeses, inclusive a pequena Vanessa de 7 anos, na fazenda Santa Elina em 1995 no município de Corumbiara, crimes até hoje impunes. Ao contrário de sofrerem punição, entre os que comandaram diretamente os assassinatos e torturas em 1995, José Hélio Cysneiros Pachá (na época capitão) e Mauro Ronaldo Flores Corrêa (na época tenente), hoje são coronéis e fazem parte do alto-comando da pm, sendo o primeiro chefe do Estado-Maior e o último o atual comandante-geral.

Cabe lembrar também que há anos Rondônia tem ocupado os primeiros postos na contabilidade da repressão e assassinatos de camponeses em todo país, denunciada anualmente pela CPT.

Por tudo isso, nós do Movimento Feminino Popular saudamos a coragem da estudante em denunciar os crimes contra camponeses em luta pela terra. Conclamamos todas mulheres do povo, todos operários, camponeses, estudantes, professores, trabalhadores em geral, entidades, movimentos e pessoas democráticas a se somarem e reforçarem a denúncia do terrorismo de Estado e

da prisão arbitrária desta jovem. São fatos graves que evidenciam a escalada fascista que ameaça o país e cobra de todos trabalhadores e democratas firme posicionamento e luta.

Lutar não é crime!

Terra para quem nela vive e trabalha!

Brasil, outubro 2018
MFP – Movimento Feminino Popular